

Antes da Eletrobras, Brasil vivia rotina de apagões

Criação da estatal, que governo agora quer privatizar, foi proposta ao Congresso em 1954 por Vargas para acabar com racionamentos e permitir industrialização. Mercado era dominado por multinacionais

Ricardo Westin

NO CARNAVAL DE 1954, os foliões brincaram no Rio ao som de uma marchinha que debochava de uma mazela que infernizava a capital do Brasil: os apagões quase diários. A canção *Vaga-Lume* denunciava: “Rio de Janeiro / Cidade que nos seduz / De dia falta água / De noite falta luz”.

A eletricidade capenga era um problema nacional. Enquanto as maiores cidades penavam com cortes de energia, boa parte do interior ficava no breu, sem luz nenhuma.

Um mês após o Carnaval, o presidente Getúlio Vargas deu o pontapé num ambicioso plano para pôr o sistema elétrico brasileiro em ordem. Em abril de 1954, ele enviou ao Congresso o projeto de criação da Eletrobras — a mesma estatal que agora, seis décadas depois, o presidente Michel Temer pretende privatizar.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que Apolônio Salles (PSD-PE) foi um dos senadores que levantaram a bandeira da Eletrobras.

— Dotando o país com energia elétrica abundante, a Eletrobras há de representar o marco decisivo na caminhada econômica do Brasil — discursou, da tribuna do Senado.

Em meados do século 20, a geração e a distribuição de energia cabiam basicamente à iniciativa privada. O setor era repartido entre a americana Amforp e a canadense Light, que atuavam nas grandes cidades. Ante o desinteresse das duas pelas regiões pouco lucrativas, alguns estados se incumbiam de levar energia a suas cidades mais afastadas. O governo mineiro, por exemplo, criou as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig).

Em todas as situações, a produção de eletricidade era pífia e as redes de alta tensão que distribuíam a energia

eram minúsculas e isoladas. Nenhuma das empresas conseguia dar conta da demanda crescente. Era a época em que o brasileiro trocava o campo pela cidade e a economia passava de agrícola a industrial.

O deputado Ubirajara Keutenedjian (PSP-SP) se disse farto dos cortes de energia:

— O estado de São Paulo fica de seis a oito horas por dia sem energia elétrica. O caso é de calamidade pública!

Light reage

O senador Guilherme Malaquias (PTB-DF) afirmou que a situação era a mesma no Rio (o então Distrito Federal):

— O Rio não pode ficar sujeito a cortes de 10% a 20% na energia. Se isso traz desvantagens para o consumidor, para a indústria acarreta prejuízos incalculáveis, com máquinas e operários parados. O governo deve adotar medidas imediatas a respeito da Light e ir mais além, acelerando a instalação da Eletrobras.

Para Vargas, o governo só poderia garantir o suprimento energético necessário à industrialização se possuísse uma empresa encarregada de fazer o planejamento do sistema elétrico, construir usinas (em especial as hidrelétricas) e erguer torres com linhas de transmissão — sem a seletividade capitalista das companhias privadas nem a visão local das estaduais.

A ideia era que a Eletrobras não detivesse o monopólio, mas trabalhasse em coordenação com os grupos que já atuavam no mercado. O presidente vinha embalado pela criação da Petrobras — esta, sim, monopolística. O projeto da Eletrobras, entretanto, não teve vida fácil no Congresso.

Vargas não viu a Eletrobras virar realidade. A proposta se arrastou pelas comissões do Senado e da Câmara e só saiu do papel oito anos depois. O projeto seria aprovado em

1961, e a estatal começaria a funcionar em 1962.

A lentidão se explica pelo poder das multinacionais. A Light e a Amforp se lançaram numa campanha feroz para impedir a criação da Eletrobras, pressionando o governo, o Congresso e a sociedade.

De acordo com Vargas, empresas estrangeiras insatisfeitas com seu ideário nacionalista estavam mancomunadas com a oposição para tentar derrubá-lo. Ele se matou em 1954 e, assim, freou o golpe. Na carta testamento, citou o movimento anti-Eletrobras:

“Quis [eu] criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras. Mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente”.

No Senado, o maior adversário da Eletrobras foi Assis Chateaubriand (PSD-MA), que tinha ligação com a Light:

— O projeto deveria ser sacudido sumariamente na Sapucaia, como lixo que é. O capital estrangeiro é perseguido de maneira primitiva e estúpida. Sem a iniciativa privada, não há salvação. Essas organizações estatais estão matando o Brasil.

“Electrobraz”

Assim como Vargas apresentou o projeto, o dono de uma pequena loja de aparelhos de rádio e televisão do Rio correu para o Congresso pedindo que não se aprovasse a estatal com aquele nome. Motivo: a loja se chamava Electrobraz.

Foi o suficiente para que o senador Abelardo Jurema (PSD-PB) apresentasse uma emenda ao projeto mudando o nome de Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) para Centrais Elétricas Federais (Celfe). A insossa sigla passou no Senado, mas acabaria sendo derrubada na Câmara.

Ao lado, a *Última Hora* notícia em 1954 que o presidente Getúlio Vargas propôs ao Congresso Nacional a criação da Eletrobras, e o *Correio da Manhã* informa em 1957 que o projeto avançou no Senado. Abaixo, a *Última Hora* publica em 1962 que a Eletrobras foi inaugurada pelo presidente João Goulart



Anúncio da Light em jornal do Rio em 1955: sistema elétrico perto do colapso

Segundo o projeto de Vargas, a Eletrobras seria também uma fábrica, produzindo as turbinas, os transformadores e os demais equipamentos que ela usaria para gerar e distribuir energia. O senador Mem de Sá (PL-RS) criticou: — É inconveniente que a Eletrobras entre no campo do material elétrico. Haveria uma dispersão de esforços, sendo drenados para esse campo recursos preciosos para a finalidade que torna a empresa necessária.

Assim como Vargas, também pouco Café Filho e Juscelino Kubitschek receberam do Congresso o projeto da Eletrobras aprovado. A aprovação dos parlamentares saiu no governo de Jânio Quadros, em 1961. Ao sancionar a lei, Jânio

vetou o trecho que permitiria à estatal fabricar material elétrico. A faixa inaugural foi cortada por João Goulart, em 1962. A Eletrobras acabaria incorporando as suas velhas adversárias. A Amforp foi comprada pela estatal em 1964. A Light, em 1979.

Graças à nova empresa, a produção elétrica do país entre 1960 e 1980 aumentou 600%, de 5 GW para 34 GW, o que sustentou o “milagre econômico” da década de 1970. Hoje, a capacidade é de 150 GW. Dona ou sócia de uma série de empresas, como Furnas e Itaipu, a Eletrobras produz um terço da energia do Brasil e detém metade das linhas de transmissão.

Leia a reportagem completa: <http://bit.ly/ArquivoSEletrobras>
Todas as reportagens do Arquivo S: <http://bit.ly/arquivos>

Ampla Repreensão Dos Projetos Enviados Por Vargas ao Congresso

A “Eletrobrás” Transformará a Fisionomia Econômica do País!

VAI ANDAR O PROJETO que cria a Eletrobrás

Foi ontem aprovado, unânimemente, na Comissão de Finanças do Senado

JANGO INSTALA ELETROBRÁS COM PRONUNCIAMENTO POLÍTICO

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês.